

## Celebrar 47 anos da independência num contexto de guerra, pobreza, deterioração das liberdades e direitos dos cidadãos e captura do Estado



## Contextualização

Celebrou-se ontem, 25 de Junho, o dia da independência de Moçambique proclamada há 47 anos, em 1975. A então Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), numa visão clara de unidade nacional, justiça e libertação do povo do colonialismo português, liderou o processo que

culminou com a independência total e completa de Moçambique. Desde então, houve um esforço de recuperação socioeconómica, cultural e desenvolvimento do País em várias vertentes, uma vez que o povo tornou-se soberano no destino das suas vidas e do Estado moçambicano.

No entanto, nos últimos 20 anos, particularmente, a partir do segundo mandato do Presidente Armando Guebuza, a independência de Moçambique passou a ser fragilizada e fortemente debilitada com o mandato do Presidente Filipe Nyusi, sobretudo no que diz respeito à independência económica.

## Educação e a independência nacional

Uma das formas pelas quais o Governo da Frelimo está a mutilar a independência do País é a destruição do sistema de educação, na medida em que está a praticar actos para acabar com a educação de qualidade, quais sejam:

- Fraca formação dos professores e fixação de salários baixos para os mesmos, não atribuição de incentivos e outras condições relevantes para um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.
- Construção de escolas com material inadequado para os alunos/estudantes, distribuição de livros com conteúdos duvidosos e errados, para além da criação de condições para a insegurança escolar onde os alunos e professores têm fácil acesso a drogas e bebidas alcoólicas, seja no recinto escolar ou nas proximidades das escolas públicas em especial.
- A realidade mostra que os processos de revisão dos currículos do Sistema Nacional de Educação não têm sido

transparentes e não visam efectivamente a melhoria da qualidade da educação, considerando que a tendência dos currículos adoptados não permite o estabelecimento de um ensino de qualidade em que os alunos têm acesso a professores capazes e acesso a materiais escolares adequados. O recente escândalo dos livros da 6ª classe é prova inequívoca do processo de destruição da qualidade de educação, sobretudo quando a direcção máxima do sector da educação não assume a responsabilidade pelos graves erros e procura a todo o custo se proteger do indefensável, manipulando a opinião pública, para além de responsabilizar pessoas que não são a verdadeira fonte do problema.

- O ensino privado passou a ser privilegiado em detrimento das escolas e universidades públicas, nas quais as condições e qualidade de ensino estão propositadamente debilitadas para alimentar o negócio das escolas particulares, cujos donos são, na maioria, figuras da elite

do Partido no poder, a Frelimo.

- Intensificação de esquemas de corrupção no sector da educação, o que facilita a aquisição fraudulenta de certificados e contratação de professores de forma fraudulenta, incluindo a introdução de critérios de passagem extremamente duvidosos, como é o caso das passagens automáticas.

A boa gestão e garantia da independência e soberania do Estado moçambicano a todos os níveis depende fortemente de um povo devidamente alfabetizado, com um sistema de educação de qualidade que seja abrangente e não discriminatório e que permita a aquisição de conhecimentos para a salvaguarda do exercício dos direitos e liberdades fundamentais e para o desenvolvimento económico, social, cultural e político do País. Não há, pois, independência possível sem educação de qualidade. É por isso, que o povo está actualmente a viver uma espécie de neocolonização pelos próprios irmãos que detêm consigo os instrumentos de poder.

## O custo de vida e a independência nacional

Um outro aspecto que mina a essência da independência de Moçambique está ligado à má distribuição da riqueza e ao elevado custo de vida, particularmente para as classes mais pobres e outros grupos em situação de vulnerabilidade, como as mulheres e crianças.

O governo da Frelimo adoptou uma política pública de enriquecimento dos dirigentes e da elite do próprio Partido a custa do cada vez mais empobrecimento do grosso da população que não sente nas suas vidas a independência económica e social. Os custos suportados pelo Estado para com os dirigentes e a elite da Frelimo contribuem grandemente para a materialização da denegação do direito ao desenvolvimento dos cidadãos, relativamente a justa e equitativa distribuição da riqueza para o bem-estar do povo. O mais estranho é que o Governo da Frelimo tem aplicado aos cida-

dãos moçambicanos taxas e impostos de diversa natureza relativamente ao consumo de bens e serviços básicos com vista a suportar as elevadas despesas para com os dirigentes do Estado e a elite política.

As reformas salariais, de regalias e subsídios que beneficiam os dirigentes de diversos sectores do Executivo, Judiciário e do Legislativo, incluindo o processo de agravamento das taxas e impostos a serem suportados pelo povo, são evidências claras de estabelecimento de uma neocolonização do povo pelos próprios irmãos no poder, o que significa assaltar a independência e a soberania que reside no povo em benefício de uma pequena elite do Partido no poder. Aliás, até cargos dúbios, cuja função não se percebe, são criados e suportados com elevados custos, sacrificando o bem-estar do povo, como é o caso das Secretarias do Estado

(a nível central e nas províncias) e a figura dos Vice-Ministros, cuja eliminação se mostra urgente. Há ainda a atribuição de cargos de decisão a pessoas incapazes com base em critérios como laços de familiaridade e amiguismo, numa clara exaltação do nepotismo na gestão do bem público.

Enquanto isso, as classes trabalhadoras mais baixas são geridas com promessas de aumento salarial através da fixação de uma Tabela Salarial Única (TSU) que tarda a ser materializada, num contexto em que o custo de vida é agravado, com difícil acesso aos transportes de passageiros, introdução do sistema de cobrança de portagens sem critérios claros e justos pela utilização de estradas em más condições de transitabilidade e de iluminação, para além do precário acesso aos serviços de saúde e a medicamentos pelo povo.

## Independência corrupta

Outrossim, o Governo da Frelimo institucionalizou a corrupção como uma forma de governação e gestão do Estado, chegando a afectar sectores mais sensíveis como o Judiciário, a Polícia, a Defesa e Segurança do Estado, a Educação, a Saúde, o sistema financeiro,

os serviços de Migração e de Tributação, que são de extrema relevância para a consolidação dos objectivos e da essência da independência nacional. A corrupção é de tal maneira grave e institucionalizada no País que dá espaço para o desenvolvimento do terrorismo

que se vive em Cabo Delgado, e para um processo obscuro de “venda” da soberania do Estado a um outro Estado, pelo menos no que diz respeito à gestão dos conflitos armados e dos recursos naturais em Cabo Delgado.

## Institucionalização do medo e limitação das liberdades fundamentais

O Governo da Frelimo institucionalizou o medo na sociedade, intimidando e agredindo os cidadãos que ousam criticar abertamente o sistema de governação e a má gestão do Estado, sobretudo com recurso à força policial ou os chamados “Esquadrões da Morte.” Actualmente, para um Estado que se preten-

de independente, o dia da independência é celebrado num contexto em que, do ponto de vista prático, estão cerceados a liberdade de expressão e de imprensa, a liberdade de informação e de pensamento, a liberdade de manifestação e a liberdade de escolha.

O povo tem medo do Governo da Frelimo

devido às represálias que sofre pelo exercício e gozo das liberdades fundamentais. Curiosamente, estão a ser adoptados leis e políticas públicas que cada vez mais limitam os direitos e as liberdades fundamentais e o desenvolvimento do espaço cívico para o exercício da cidadania, com a chancela do judiciário.

## Impunidade pela violação da independência nacional

Regra geral, os actos de corrupção, em especial a denominada grande corrupção, a violação dos direitos humanos pelos agentes do Estado aos mais alto nível e pelas grandes empresas, com destaque para as multinacionais do sector extractivo, a prática do crime organizado, os abusos de cargos públicos, a má gestão do bem público pelos

altos dirigentes e a indústria dos raptos são mantidos impunes de tal sorte que não são postos em prática mecanismos eficientes de investigação e responsabilização dos verdadeiros prevaricadores. Não é possível manter e consolidar uma verdadeira independência nacional enquanto o Governo continuar a alimentar e a premiar a impunidade e a destruir

os espaços para a materialização da separação de poderes constitucionalmente consagrada.

O Governo da Frelimo capturou o Judiciário e o Parlamento para realização dos seus próprios interesses em detrimento do interesse público.

## Concluindo

Os elementos que determinam a independência de um Estado, que se pretende de Direito, Democrático e de Justiça Social, baseado no respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, conforme consagra a Constituição da República de Moçambique, estão cada vez mais entortados e ignorados,

por isso que o povo não é independente senão do ponto de vista meramente teórico.

O Partido Frelimo está a explorar o próprio povo que governa para alimentar as suas ambições egoístas e desmedidas, recorrendo mesmo à força para o efeito. Hoje Moçambique vive uma profunda problemática da


independência política, económica, social e cultural. Não há paz e a independência é apenas para alguns e não para todo um povo, pois ela está a ser vendida a preço da corrupção e do crime organizado.



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** CDD  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

